

Novo Congresso já está comprometido

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Nunca, na História da República, o dinheiro correu tão solto e em tamanhas quantidades quanto na campanha em curso para as eleições de novembro. Como jamais a estrutura do poder público, em especial nos Estados, foi tão mobilizada no mesmo sentido. Assiste-se à verdadeira orgia de gastos, uma espécie de Olimpíada de corrupção, onde as contas são feitas em dólar para evitar a quantidade de números que exigiria sua manipulação em cruzados. Em São Paulo, acusa-se um dos candidatos a governador de estar gastando perto de 50 milhões de dólares. No Rio de Janeiro, um aspirante à Câmara dos Deputados entregou a um prefeito maleta contendo um milhão de dólares, dizendo-lhe que aquilo era para ele, pessoalmente, e indagando em seguida quanto precisariam gastar para que 30 mil votos lhe fossem dados. Os fazendeiros reúnem boiadas para financiar candidatos que defendam seus pontos de vista. Os grandes sindicatos não ficam atrás e até descontam mensalmente dos associados, sem mais aquela, para empregar a importância recolhida na campanha de seus preferidos. Na maioria dos Estados do Nordeste, a administração parou, utilizando-se carros, repartições públicas, contínuos, gráficas e mimeógrafos para o serviço dos amigos e correligionários dos governadores. Mas o Rio Grande do Sul não fica atrás, com a caixinha dos industriais aumentando a olhos vistos, de um lado, e, de outro, com a bolsa dos sindicalistas engordando de modo igual.

Também faz das suas o governo federal, não obstante as recomendações do presidente José Sarney. As estatais escolhem candidatos para ajudar. Delegados da Previdência Social são mudados de acordo com suas tendências na sucessão fluminense. Multiplicou-se a contratação de pessoal na administração direta e indireta. Só no Rio? Nem pensar. Os testamentos dos governadores que se desincompatibilizaram recentemente perdem para as listas de nomeação de seus sucessores ou daqueles que permaneceram. Pouca coisa se prova, ninguém é tolo de passar recibo, nem os que dão nem os que recebem.

A corrupção sempre foi um subproduto das campanhas eleitorais, mas, agora, parece haver-se invertido a equação. As eleições é que surgem como resíduo do processo de circulação do dinheiro e dos favores sem conta. Há gente, até, e gente alta, especializada em candidatar-se para equilibrar as finanças ou enriquecer mais um pouco, preocupando-se menos em ganhar a eleição do que em fazer campanha.

A pergunta que se faz, por tudo isso, refere-se aos resultados finais do pleito: que perfil poderá ter o próximo Congresso, em especial quando se transformar em Assembleia Nacional Constituinte? O pior possível, ainda que as pessoas, em mais ou menos 50% dos casos, devam ser as mesmas. Fala-se do conjunto. Dos compromissos assumidos pelos candidatos em sua faina de conseguir mais dinheiro e poder superar o concorrente na busca de votos. Porque serão cobrados. Uma hipotética indústria de cigarros, por exemplo, exigirá dos candidatos que financiou a obrigação de se colocarem contra qualquer projeto visando mandar imprimir nos maços o aviso de o produto levar ao câncer. Uma empresa multinacional não deixará de cobrar posturas rígidas daqueles

a quem ajudou, no momento em que alguém propuser restrições maiores à remessa de lucros para o Exterior. Por outro lado, uma companhia estatal pródiga em beneficiar candidatos não deixará de mobilizar os seus eleitos se a desestatização estiver sendo debatida para valer, na Câmara ou no Senado. Um grupo de deputados financiado pelos exportadores jamais sustentará medidas de apoio à ampliação do mercado interno e de restrição das exportações. Da mesma forma como um sindicato forte que conseguiu eleger certo número de parlamentares: sua direção exigirá deles o apoio a quaisquer iniciativas sociais, mesmo as mais demagógicas e inexecutáveis. Isso tudo, se não é normal nem moral, vem sendo corriqueiro.

O problema de agora está em que a prática atinge o conjunto de forma avassaladora, não mais privilegiando minorias. Quem não dispuser montões de dólares não se elege (seja deputado, senador ou governador). Salvo raras exceções, diga-se, e o resultado é que até por instinto de sobrevivência, a ampla maioria dos candidatos não corre o risco. Entrega-se ou sai em campo de chapéu na mão. Imenso chapéu, aliás. As peregrinações aos gabinetes privados só não superam as visitas feitas aos caciques políticos e às repartições públicas, equivalendo-se ambas.

A consequência será o imobilismo completo dos integrantes da próxima legislatura, do dia em que se transformarem em constituintes à hora da promulgação da nova Constituição. E, depois, até o término de seus mandatos, no longínquo início de 1991.

Pergunta-se: o País suportará esse tipo de representação, importando menos a emissão de juízos de valor sobre qual dos interesses (garantido previamente pelo dinheiro ou pela máquina estatal) deveria ser atendido e qual mereceria reformulações imediatas? Quem mais se preocupa com a questão é o presidente José Sarney, mas, como nem mesmo ele, apesar dos esforços, consegue impedir que se utilize a administração federal direta e indireta, remédio parece não haver. O novo Congresso, assim como os novos governadores, estarão de tal maneira envolvidos em compromissos que, mesmo querendo, ficarão impedidos de dar suporte à Nova República e a seus planos de mudanças e de reformas. Nesse caso, o que fará o governo? Cruzará os braços, justificando pelo imobilismo dos outros o seu próprio? Tentará encontrar mecanismos de ação direta? Apelará para instrumentos pouco ortodoxos de ação?

O mínimo a prever, continuando as coisas como vão, será um choque de concepções e de processos entre o Executivo e o novo Legislativo. Evidência maior a respeito está na tônica das campanhas: ninguém, salvo as exceções de sempre, se preocupa em falar na nova Constituição, em apresentar propostas de reformas e em discutir mudanças políticas, econômicas, sociais ou, mesmo, administrativas. Até hoje, as campanhas de deputado e senador têm sido as mais medíocres das últimas décadas, em matéria de retórica, de debates e de idéias novas. Os candidatos se poupam, por sabedoria, procurando evitar a desmoralização futura. Desmoralizam-se agora mesmo, o que não deixa de ser irônico, já que residiu no Congresso um dos principais focos de luta contra a velha República. Naqueles dias, imóvel era o Executivo...